

Desvelando desafios: Alfabetização inclusiva de crianças com deficiência intelectual no contexto escolar brasileiro

Samanta Jander Chimene Brill

Universidade Estadual do Paraná – Paraná

Andreia Nakamura Bondezan

Universidade Estadual do Paraná – Paraná

RESUMO

A alfabetização de crianças com deficiência intelectual no ensino regular enfrenta inúmeros desafios, exigindo estratégias específicas por parte dos professores para superar tais obstáculos. Este estudo tem como objetivo principal analisar e compreender esses desafios, evidenciando a disparidade entre as diretrizes inclusivas e a prática educacional. Pretende-se identificar e discutir as concepções dos professores, sua formação adequada e os estigmas que impactam diretamente a aprendizagem dessas crianças. Fundamentado na abordagem Histórico-Cultural, este trabalho utilizou a metodologia de pesquisa bibliográfica, com buscas no Google Acadêmico e Scielo, utilizando palavras-chave "práticas pedagógicas", "deficiência intelectual", "alfabetização" e "inclusão escolar". Foram selecionados 311 artigos, considerando critérios de inclusão que abrangem práticas pedagógicas no ensino regular e a teoria Histórico-Cultural. Os critérios de exclusão aplicados foram artigos que não tratavam da DI, não abordavam a teoria Histórico-Cultural e não tratavam de estratégias pedagógicas no ensino regular. Os resultados indicam que os desafios enfrentados por essas crianças vão desde a estigmatização até barreiras cognitivas e neuropsicomotoras. Embora a legislação inclusiva exista, a prática muitas vezes revela uma pseudoinclusão, destacando a necessidade de um planejamento educacional que considere o diagnóstico pedagógico e as particularidades de cada aluno. A estratégia do Ensino Colaborativo, que promove a parceria entre professores de Educação Especial e de sala comum, se mostra eficaz na superação dessas barreiras. Práticas pedagógicas inclusivas devem envolver o uso de recursos variados, atividades lúdicas e materiais concretos, como jogos de alfabetização, além da incorporação de tecnologias educacionais e exploração de contextos externos à sala de aula. A mediação pedagógica e o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação são essenciais, assim como as práticas letradas diárias, incluindo a leitura de livros, jornais e revistas. O planejamento que respeita os ritmos dos alunos e incorpora processos desafiadores é crucial para uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas, Deficiência intelectual, Alfabetização, Inclusão escolar.

1 INTRODUÇÃO

A alfabetização é um processo complexo que vai além da mera aquisição de habilidades mecânicas de leitura e escrita. À luz da teoria histórico-cultural, proposta por Vygotsky (2011), Soares (1985) compreende a alfabetização como uma prática social e cultural que se desenvolve ao longo do tempo, incorporando a linguagem e a interação como elementos essenciais.

Este artigo concentra-se em uma seção crucial dentro desse amplo contexto: os desafios enfrentados por crianças com Deficiência Intelectual (DI) no processo de alfabetização. Apesar das diretrizes inclusivas



na legislação brasileira, a realidade revela obstáculos significativos, muitas vezes resultando em exclusão mascarada no ambiente escolar conforme apontado por Dantas (2019).

O processo de alfabetização para estudantes com DI apresenta uma série de desafios que impactam tanto os professores quanto os próprios alunos. A consolidação da inclusão social na perspectiva da educação inclusiva requer o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais adaptadas e eficazes. A complexidade das necessidades individuais desses alunos solicita uma abordagem personalizada e, para isso, recursos adequados, formação continuada dos professores, são fundamentais no processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita para crianças com DI.

Diante desses desafios, é preciso destacar a importância da mediação pedagógica como uma estratégia fundamental no apoio ao desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita desses alunos. A mediação pedagógica envolve ajustar o conhecimento de acordo com as necessidades individuais e o ritmo de aprendizagem de cada criança com DI (Pereira, 2023). Além disso, promover interações sociais baseadas no diálogo e garantir a proximidade do professor durante o acompanhamento da leitura e escrita são aspectos essenciais para estimular o engajamento e a participação ativa dos estudantes com DI no processo de alfabetização (Papim; Oliveira, 2023).

Este artigo pretende ampliar a literatura referente ao tema crianças com DI e alfabetização e, também, contribuir para a discussão mais ampla sobre a necessidade urgente de práticas pedagógicas inclusivas. Ao destacar a importância da formação dos professores e da revisão de concepções limitadoras, este artigo visa promover uma reflexão crítica e a possibilidade de implementação de estratégias eficazes para garantir um processo de alfabetização para todas as crianças.

2 OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo principal analisar e compreender os desafios enfrentados por crianças com DI no processo de alfabetização, destacando a disparidade entre as diretrizes inclusivas e a prática educacional. Buscamos identificar e discutir as concepções dos professores, a formação adequada e os possíveis estigmas que cercam essas crianças, impactando diretamente sua aprendizagem.

Além disso, o artigo visa ressaltar a importância da abordagem Histórico-Cultural, que destaca a interdependência entre o desenvolvimento do sujeito e seu contexto cultural, social e histórico. A mediação pedagógica, alinhada a essa perspectiva, é explorada como uma ferramenta crucial para superar os desafios, proporcionando estimulação adequada e promovendo mudanças cognitivas significativas.

3 METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica. A busca de artigos e periódicos foi realizada no Google Acadêmico e Scielo, utilizando as palavras-chave "práticas



pedagógicas", "deficiência intelectual", "alfabetização" e "inclusão escolar", combinadas com o operador booleano AND. Foram encontrados 311 artigos. Os critérios de inclusão foram: artigos de pesquisa que tratam de práticas pedagógicas para a alfabetização de alunos com DI no contexto do ensino regular, artigos que se baseiam na abordagem Histórico-Cultural, fundamental para a análise do papel da mediação pedagógica no contexto educacional de crianças com DI. Outros fatores para seleção dos artigos: publicações em português; relevância do título e do resumo em relação aos objetivos da pesquisa; disponibilidade integral do texto para permitir a leitura e análise aprofundada dos artigos selecionados. Os critérios de exclusão foram artigos que não tratavam da DI, não abordaram a teoria Histórico-Cultural e não tratavam de estratégias pedagógicas no ensino regular.

Os títulos e resumos dos artigos foram lidos inicialmente para verificar sua pertinência ao tema da pesquisa. Apenas os trabalhos que apresentavam uma clara conexão com a teoria Histórico-Cultural e que contribuem significativamente para a compreensão dos desafios na alfabetização de crianças com DI foram escolhidos. A análise dos dados foi realizada a partir da leitura crítica e interpretativa dos artigos selecionados por meio de fichas de leitura. O foco foi identificar e discutir as concepções dos professores, a formação adequada e os possíveis estigmas que cercam as crianças com DI, impactando diretamente sua aprendizagem. Além disso, a importância da abordagem Histórico-Cultural foi destacada, explorando a interdependência entre o desenvolvimento do sujeito e seu contexto cultural, social e histórico.

A pesquisa bibliográfica se configura como metodologia ideal para este estudo, em virtude da multiplicidade de autores que abordam o tema em consonância com o objetivo proposto. Segundo Gil (2002), artigos publicados em revistas e periódicos se caracterizam por sua profundidade e rigor metodológico, configurando-se como fontes de pesquisa de extrema relevância na atualidade. Por meio dessa metodologia, foi possível realizar um estudo teórico aprofundado dos desafios vivenciados por crianças com DI no processo de alfabetização, além de identificar estratégias e práticas pedagógicas eficazes para a promoção de uma educação inclusiva de qualidade. Ao destacar a importância da mediação pedagógica e da abordagem Histórico-Cultural, o estudo contribui para uma reflexão crítica acerca da formação docente e da implementação de políticas educacionais inclusivas, com ênfase na alfabetização de crianças com DI.

4 DESENVOLVIMENTO

O entendimento sobre alfabetização, abrangendo a aquisição do código da língua escrita e competências de leitura e escrita, tem evoluído ao longo do tempo (Soares, 2012). Conforme destacado por Vygotsky (2011), a alfabetização transcende a mera aquisição mecânica, enfatizando a relevância da linguagem e interação no desenvolvimento da compreensão da leitura e escrita. Vygotsky enfatiza a linguagem e a interação como eixos centrais no processo de desenvolvimento da compreensão da leitura e



da escrita. A perspectiva de Soares (1985; 2020) concebe a alfabetização como práticas sociais e culturais em constante evolução, ressaltando a importância da compreensão do contexto em que os processos de leitura e escrita ocorrem. Definida como a apropriação da tecnologia da escrita, a alfabetização envolve técnicas, procedimentos e habilidades cognitivas e linguísticas (Soares, 2020). Este entendimento mais amplo destaca a complexidade do processo, considerando sua natureza intrinsecamente social e cultural.

Nesse contexto, a alfabetização se configura como um elemento crucial, principalmente para crianças com DI, em virtude da relevância que assume no processo de desenvolvimento. Soares (1998) define a alfabetização como o processo de domínio da língua escrita, enfatizando a construção da expressão escrita a partir da oralidade. Nessa perspectiva, o educador e o aluno assumem papéis ativos em um processo dialético, onde os conteúdos são internalizados e transformam o desenvolvimento psíquico, possibilitando a apropriação de novos conhecimentos (Firbida et al., 2021).

A educação inclusiva, que busca garantir acesso e desenvolvimento pleno para todas as crianças, incluindo aquelas com deficiência, reconhece na alfabetização uma ferramenta fundamental. Silva (2020) destaca sua importância como meio para promover a inclusão social e assegurar a participação integral dessas crianças em diferentes contextos. Matos e Mendes (2013) colaboram com a ideia de que a educação inclusiva é uma parte integrante e essencial de uma sociedade inclusiva e torna-se fundamental para a consolidação e desenvolvimento do estado democrático.

Crianças com DI, frequentemente expostas à estigmatização e marginalização (Antunes, 2012), encontram na alfabetização uma via para enfrentar tais desafios, adquirindo habilidades essenciais para comunicação e interação. A alfabetização é percebida como um instrumento de empoderamento para essas crianças, demandando práticas pedagógicas inclusivas e adaptativas que valorizem suas capacidades individuais. Este estudo busca contribuir para uma compreensão eficaz do processo de alfabetização de crianças com DI, ressaltando sua importância no desenvolvimento educacional e social.

Os desafios enfrentados por crianças com DI no processo de alfabetização são multifacetados e podem exercer influências significativas nesse crucial estágio do desenvolvimento educacional. Segundo Scheffel e Moura (2023), esses desafios implicam em estigmas e exclusão social, pois a DI esbarra na idealização de um ser humano perfeito, resultando em sofrimento e exclusão social devido à não conformidade com as expectativas em relação ao desenvolvimento neuropsicomotor.

Além dos estigmas históricos associados a termos antigos, que deixam de reconhecer a importância da pessoa com DI como um indivíduo com potencial de desenvolvimento. Outros desafios estão relacionados aos aspectos cognitivos e neuropsicomotores que caracterizam a DI, sendo um desenvolvimento cognitivo menor, frequentemente expresso como um quociente de inteligência (QI) abaixo do esperado para a idade cronológica (DSM-5, 2013).

A diversidade humana, evidenciada nas interações escolares, requer práticas educacionais que sejam



simultaneamente pluralizadas e individualizadas, reconhecendo a singularidade de cada aluno. Dantas (2019) destaca que as crianças com DI enfrentam desafios significativos no processo de alfabetização, revelando uma discrepância entre a legislação brasileira, que preconiza a inclusão de todos os alunos na mesma sala de aula, e a realidade observada, que muitas vezes reflete uma exclusão mascarada ou pseudoinclusão. Essa desarmonia no processo de inclusão pode criar barreiras substanciais para o pleno desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

No âmbito da Educação Inclusiva, particularmente no desafio enfrentado pelos profissionais da educação no processo de alfabetização, destaca-se a complexidade associada às crianças com DI. O propósito central consiste em ampliar o acesso dessas crianças à cultura elaborada, valendo-se de recursos pedagógicos e estratégias didáticas. Papim e Oliveira (2023) enfatizam a relevância da mediação pedagógica no contexto do ensino da linguagem oral e escrita, visando instigar sentido, necessidade e motivação durante o processo de aprendizagem da leitura e escrita em crianças com DI.

Neste contexto, a abordagem teórica adotada fundamenta-se na teoria Histórico-Cultural, indicando que a aprendizagem e o desenvolvimento humano derivam de interações sociais e culturais. Salienta-se a dualidade dessas interações, originando-se tanto de experiências cotidianas pautadas no senso comum quanto de conhecimentos adquiridos por meio de métodos científicos no ambiente escolar. A aprendizagem na escola é concebida como uma construção mais intrincada, almejando não apenas o desempenho imediato da criança, mas também sua habilidade em pensar e agir por meio da cultura complexa da linguagem (Papim; Oliveira, 2023).

A dificuldade na alfabetização de alunos com DI está intimamente ligada às concepções negativas dos professores sobre suas possibilidades de aprendizagem. A falta de formação e conhecimento dos educadores acerca do processo de aquisição da leitura e escrita emerge como um obstáculo adicional (Dantas, 2019). Contrapondo essas dificuldades, a perspectiva epistemológica de Vygotsky destaca a importância de considerar o sujeito em sua totalidade, ressaltando a interação dinâmica entre fatores orgânicos e influências culturais.

Ao integrar a teoria Histórico-Cultural ao desafio de alfabetizar alunos com DI, percebe-se uma relevância significativa, enfatizando que a gênese da constituição é histórico-cultural, destacando o papel integral da cultura na formação do ser humano, compreende-se a cultura como conhecimento historicamente produzido, moldado pelas relações sociais, pelas atividades humanas e pelas ferramentas e artefatos que cada sociedade desenvolve ao longo do tempo. Vygotsky se opõe a abordagens reducionistas que tentam explicar o desenvolvimento apenas por meio de fatores biológicos ou culturais isoladamente. Essa abordagem sugere que a aprendizagem é fortemente influenciada pelo ambiente social e cultural, transcendendo as determinações biológicas (Vygotsky, 2019).

As concepções negativas dos professores sobre as possibilidades de aprendizagem dos alunos com



DI, mencionadas por Dantas (2019), estão em desacordo com a abordagem Histórico-Cultural. Vygotsky não reduz o ser humano às determinações sociais, mas destaca a interação dinâmica entre fatores orgânicos e influências culturais. Portanto, a dificuldade na alfabetização desses alunos pode ser interpretada como uma lacuna na compreensão do papel crucial do ambiente educacional na formação do sujeito.

A articulação entre a teoria Histórico-Cultural e as dificuldades na alfabetização de alunos com DI ressalta a importância de uma abordagem educacional que reconheça a interdependência entre o desenvolvimento do sujeito e seu contexto cultural, social e histórico. Essa associação destaca a necessidade de uma formação docente que integre princípios capazes de promover uma educação mais inclusiva e que atenda as diferenças.

Os princípios orientadores da educação inclusiva representam um marco fundamental no desenvolvimento de abordagens mais equitativas e centradas no aluno. O princípio da inclusão destaca a importância de incluir todos os alunos, independentemente de suas diferenças, nos ambientes educacionais regulares. Ao reconhecer a diversidade de habilidades, necessidades e características dos estudantes, o princípio da diversidade promove uma perspectiva mais abrangente e personalizada, enriquecendo o ambiente educacional (Brasil, 2008).

Ao fundamentar as ações pedagógicas nos pressupostos da teoria Histórico-Cultural, a educação especial só pode ser compreendida a partir de um pensamento inclusivo. Nesse contexto, as práticas voltadas a alunos com DI devem considerar a capacidade potencial dos estudantes, oferecendo mediações, ações, estratégias e interações de qualidade que estimulem os processos mentais, a formação conceitual e o pensamento abstrato, com ênfase no desenvolvimento das funções psicológicas superiores e não apenas nas elementares (Noronha et al., 2023). As autoras afirmam, a experiência de se apropriar do conhecimento acumulado ao longo da história social, dos objetos e dos fenômenos criados a partir da linguagem e da interação social, permite o desenvolvimento das funções mentais superiores.

É por meio das interações sociais que a criança pode avançar pelo processo de compensação. A qualidade dessas interações, as situações criadas e as dificuldades impostas pelo meio influenciam as diferentes direções da compensação. A teoria Histórico-Cultural defende a frequência de crianças com deficiência na escola comum, onde poderão interagir socialmente com a diversidade e desenvolver formas de compensar a deficiência (Noronha et al., 2023).

A inclusão escolar promove uma visão mais igualitária e abrangente do conhecimento, que reconhece a diversidade e a importância de acolher todas as diferenças no ambiente escolar. A ideia da inclusão é eliminar a discriminação, trabalhando com todos os alunos juntos. A ética da inclusão deve se concretizar em atitudes que respaldam a afirmação da identidade dos indivíduos, sem esconder suas competências. O objetivo é alcançar a realização e o desenvolvimento de todas as pessoas, segundo suas particularidades, limitações e potencialidades, fugindo das concepções advogadas pela ordem social e



econômica vigente, que agregam valor às pessoas de acordo com seu potencial de produtividade e eficiência (Matos; Mendes, 2013).

Essas reflexões destacam a importância de garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas capacidades, se mantenham motivados e permaneçam na escola. A busca pela participação plena visa assegurar que cada aluno participe integralmente das oportunidades educacionais disponíveis, respeitando e valorizando suas características individuais. Mendes (2017) ressalta que a educação inclusiva significa pensar uma escola onde o acesso e a permanência de todos os alunos são possíveis, defendendo que os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, possam ser substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Qualificar todas as crianças e jovens no que se refere a conteúdos, conceitos, valores e experiências no processo de ensino-aprendizagem escolar, partindo do pressuposto de reconhecer e valorizar as diferenças individuais.

Complementarmente, o princípio da igualdade de oportunidades reforça o compromisso de garantir que todos os alunos desfrutem de acesso equitativo a uma educação de qualidade, sem qualquer forma de discriminação (Conferência de Jomtien, 1990). Para cumprir esse compromisso é fundamental construir um sistema educacional justo, onde cada estudante, independentemente de suas características ou habilidades, tenha as mesmas chances de aprender e se desenvolver.

Professores, frequentemente, expressam sentimentos de despreparo diante da diversidade em sala de aula, o que pode estar relacionado à persistência de um modelo idealizado de aluno. Essa ansiedade, combinada com expectativas não atendidas, pode gerar dilemas na prática docente. A problemática inicial na alfabetização de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) está frequentemente associada a concepções limitadoras dos professores sobre a DI, muitas vezes baseadas na crença na falta de capacidade cognitiva do aluno. Essa visão deficitária, frequentemente alimentada pela ausência de formação adequada, ignora a necessidade de revisar abordagens pedagógicas tradicionais (Dantas, 2019).

Nesse contexto, a mediação pedagógica surge como ferramenta crucial para a alfabetização de alunos com DI. A implementação de intervenções adequadas, considerando as características individuais de cada aluno, pode desencadear mudanças cognitivas significativas e superar obstáculos na construção do conhecimento (Glat, 2021). Estudos demonstram que, com apoio adequado, alunos com DI possuem grande potencial para progredir na aprendizagem da leitura e escrita.

A dificuldade na alfabetização, associada às concepções negativas dos professores sobre as possibilidades de aprendizagem dos alunos com DI, pode resultar em expectativas reduzidas e estigmatização. O desconhecimento e a falta de formação dos educadores sobre o processo de aquisição da leitura e escrita representam obstáculos adicionais, pois, como Vygotsky (2019) destaca, o contexto educacional é fundamental para a construção do conhecimento. A ausência de abordagens pedagógicas



inclusivas, que considerem as diversas habilidades e potenciais dos alunos com DI, pode limitar significativamente a eficácia das práticas educacionais.

As concepções limitadoras dos professores sobre a DI, frequentemente baseadas em visões deficitárias do potencial dos alunos, reforçam a urgência de revisar as abordagens pedagógicas. Essa revisão é crucial para criar um ambiente educacional que promova o desenvolvimento cognitivo de todos os alunos, considerando a heterogeneidade de habilidades e potenciais presentes em sala de aula.

A mediação pedagógica emerge como uma ferramenta crucial para enfrentar esses desafios (Dantas, 2019). Professores na escola regular podem utilizar estratégias pedagógicas que ofereçam suporte às habilidades dos alunos, promovendo o desenvolvimento além de suas habilidades atuais. Intervenções adequadas, alinhadas à perspectiva Histórico-Cultural, podem desencadear mudanças cognitivas importantes, superando obstáculos na construção do conhecimento. Estudos indicam que alunos com DI têm potencial para progredir conceitualmente na aprendizagem da leitura e escrita, desde que sejam proporcionadas situações de estimulação apropriadas. Portanto, a implementação de estratégias de leitura semelhantes às aplicadas a alunos sem deficiência pode ser fundamental para o sucesso do processo de alfabetização (Papim; Oliveira, 2023).

A discussão sobre como esses desafios podem influenciar o processo de alfabetização destaca a necessidade premente de uma abordagem educacional inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade de habilidades, potenciais e contextos dos alunos com DI. A formação adequada dos professores, o abandono de concepções limitadoras e a promoção de práticas pedagógicas alinhadas à teoria Histórico-Cultural são passos essenciais para garantir um processo de alfabetização eficaz e inclusivo para todas as crianças.

4.1 ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS PARA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A concepção dinâmica da educação inclusiva, que reconhece a multiplicidade de identidades e busca superar desafios relacionados à diversidade estudantil, demanda abordagens pedagógicas especializadas. Ao explorarmos estratégias específicas ou métodos adaptados utilizados para a alfabetização no contexto da diversidade de alunos, focamos nas demandas características da DI.

A singularidade da DI requer uma abordagem que transcende a mera diversidade, incorporando estratégias pedagógicas adaptadas para facilitar o processo de aprendizagem. O desenvolvimento de relações empáticas e vínculos afetivos entre professores e alunos. A consideração das diferenças e singularidades na prática pedagógica emerge como uma dimensão vital para promover uma educação inclusiva e eficaz. A educação inclusiva, ao reconhecer a individualidade dos alunos, deve desenvolver metodologias específicas para atender às demandas particulares da DI, assegurando a plena inclusão de cada aluno no ambiente educacional. É importante ressaltar que a aprendizagem é um direito de todos os estudantes, e cabe ao Estado, à escola e aos professores transformarem suas práticas para efetivar esse direito



de fato.

A pessoa com DI enfrenta condições estruturais e funcionais que podem impactar sua participação no ambiente escolar e o acesso ao conhecimento científico. No entanto, a escola não deve se restringir ao diagnóstico do aluno e às suas características deficitárias. Nesse cenário, tornam-se essenciais estratégias especializadas. É pertinente que o planejamento para o estudante seja desenvolvido a partir do diagnóstico pedagógico, identificando as possibilidades e fragilidades do aluno. Apesar das limitações, as potencialidades humanas podem ser ampliadas com influência externa, ressaltando a necessidade de estratégias de ação especializadas para potencializar a aprendizagem (Scheffel; Moura, 2023).

O Ensino Colaborativo surge como uma estratégia promissora para a inclusão escolar. Essa abordagem, recentemente desenvolvida no Brasil, visa criar práticas pedagógicas enriquecedoras, superando barreiras e proporcionando um ambiente educacional inclusivo. A estratégia do Ensino Colaborativo, focada na parceria entre professores de Educação Especial e professores de sala comum, visa superar barreiras e criar práticas pedagógicas inclusivas. Costa (2021) destaca que essa abordagem é fundamental para garantir o processo de ensino-aprendizagem para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Segundo a teoria Histórico-Cultural previamente mencionada, a aprendizagem e o desenvolvimento humano originam-se de interações sociais e culturais, resultantes de experiências cotidianas e interações diárias na sala de aula, onde colegas e professores desempenham papéis cruciais na mediação do conhecimento. No que se refere aos conhecimentos adquiridos por meio de métodos científicos, o diálogo, a colaboração e a interação social são elementos essenciais que moldam a aprendizagem na escola regular (Papim; Oliveira, 2023). Os professores têm a capacidade de criar ambientes que promovam a interação entre os alunos, oferecendo oportunidades para discussões, trabalhos em grupo e atividades colaborativas. Destaca-se, nesse contexto, a aprendizagem colaborativa ou prática cooperativa proposta por Scheffel e Moura (2023) como estratégia para incentivar a aprendizagem significativa. Trata-se da colaboração entre estudantes, em que um aluno mais avançado no processo auxilia um colega que ainda está desenvolvendo o conceito abordado na atividade.

Martins (2021) destaca a importância de adotar estratégias metodológicas específicas para alunos com DI, priorizando a autonomia e a confiança. O professor desempenha um papel fundamental, mediando o processo educacional criando um ambiente dialógico de ensino e aprendizagem que aproveita as habilidades atuais das crianças com DI e influenciando diretamente o desenvolvimento das funções psicológicas superiores dos estudantes.

Estratégias pedagógicas precisam ser ajustadas para acomodar distintos estilos de aprendizagem, ritmos de desenvolvimento e níveis de habilidade. Isso pode incluir a utilização de recursos variados, práticas lúdicas e materiais concretos, como jogos de alfabetização, que despertem o interesse do aluno.



Além disso, a incorporação de tecnologia educacional e abordagens diferenciadas, como a exploração de contextos externos à sala de aula, conforme sugerido por Domingos e Casagrande (2023), contribui para um ambiente mais inclusivo e estimulante.

A implementação de projetos pedagógicos contextualizados, que envolvem recursos digitais acessíveis, é essencial para explorar as potencialidades dos alunos. Segundo Oliveira e Silva (2022) os recursos tecnológicos, quando utilizados para mediar a interação entre professor, aluno e aprendizagem, e incorporados de maneira criteriosa no processo de ensino-aprendizagem, apresentam resultados positivos. Eles colaboram com o professor no desenvolvimento de um ambiente dinâmico e motivador para os alunos. No entanto, reiteramos que a tecnologia, por si só, não é capaz de promover a aprendizagem. É necessário que o professor compreenda essas ferramentas, analise suas possibilidades de forma crítica e criteriosa, e leve em consideração o contexto, os interesses e os fatores que influenciam e são influenciados por elas.

Martins (2021) destaca a necessidade de o professor adquirir habilidades específicas para implementar essas metodologias, ressaltando a importância de superar desafios tecnológicos para se adequar ao contexto digital dos estudantes. No que diz respeito ao uso das tecnologias, Papim e Oliveira (2023) sugerem o desenvolvimento de software pedagógico como uma ferramenta de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), aliado à mediação pedagógica, que segue uma estratégia didática alinhada às necessidades das crianças.

Outras práticas pedagógicas adotadas para a alfabetização de alunos com DI, conforme propostas por Domingos e Casagrande (2023), envolvem as práticas letradas de alfabetização. Essas atividades são realizadas diariamente em sala de aula e incluem a leitura de livros, jornais e revistas. O professor desempenha um papel crucial na organização da sala de aula, transformando-a em um ambiente propício à alfabetização, disponibilizando uma variedade de textos e materiais aos alunos.

Além disso, são implementadas adaptações e recursos específicos para garantir que os alunos com DI tenham acesso a currículos, métodos, técnicas e recursos educativos adequados às suas necessidades. O planejamento inclui estratégias que se ajustam às exigências específicas, considerando a utilização de diferentes sentidos, como audição, tato e visão.

O desenvolvimento de novas formas de funcionamento mental por meio da mediação pedagógica é crucial (Pletsch, 2014). Diálogos, escutas, orientações e elaborações colaborativas na prática pedagógica cotidiana são maneiras efetivas de promover a inclusão (Braun; Marin, 2018). O planejamento que respeita os ritmos dos alunos e incorpora processos desafiadores é fundamental para uma educação inclusiva (Oliveira, 2018).

Essas estratégias visam criar um ambiente educacional inclusivo, reconhecendo e atendendo às necessidades específicas dos alunos com DI, sem segregar ou particularizar a prática pedagógica. O professor desempenha um papel fundamental, sendo necessário o conhecimento profundo dos alunos, suas



necessidades e potencialidades para implementar práticas pedagógicas eficazes e inclusivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização se configura como um elemento essencial para o desenvolvimento educacional e social, especialmente para crianças com DI. Reconhecendo a complexa natureza do processo, o estudo destaca a importância de práticas sociais e culturais, conforme defendido por Soares (1985, 2020).

Os desafios enfrentados por crianças com DI na alfabetização são abrangentes: desde estigmatização e marginalização até barreiras cognitivas e neuropsicomotoras. A legislação inclusiva, muitas vezes, se depara com a realidade da pseudoinclusão, evidenciando a necessidade de práticas educacionais que reconheçam a singularidade de cada aluno.

A teoria Histórico-Cultural fundamenta a perspectiva teórica do estudo, destacando a interdependência entre o desenvolvimento do sujeito e seu contexto cultural, social e histórico. Essa teoria confronta as concepções negativas dos professores sobre as possibilidades de aprendizagem dos alunos com DI, enfatizando a interação dinâmica entre fatores orgânicos e influências culturais.

Superar esses desafios exige uma abordagem educacional inclusiva que valorize a diversidade de habilidades, potenciais e contextos dos alunos com DI. A formação adequada dos professores, o abandono de concepções limitadoras e a promoção de práticas pedagógicas alinhadas à perspectiva Histórico-Cultural são passos essenciais para garantir um processo de alfabetização eficaz e inclusivo.

No contexto da Educação Inclusiva, o Ensino Colaborativo se apresenta como uma estratégia promissora, destacando a parceria entre professores de Educação Especial e professores de sala comum. A aprendizagem colaborativa, fundamentada na teoria Histórico-Cultural, é sugerida como forma de incentivar a aprendizagem significativa.

A utilização de estratégias metodológicas específicas, recursos variados, práticas lúdicas, materiais concretos e tecnologia educacional torna o ambiente educacional mais inclusivo e estimulante, considerando as potencialidades e fragilidades individuais dos alunos com DI.

A inclusão vai além do diagnóstico, buscando estratégias especializadas que potencializam a aprendizagem. O papel central do professor na criação de um ambiente dialógico, empático e adaptado às necessidades específicas dos alunos com DI é fundamental para o sucesso do processo de alfabetização.

A educação inclusiva, reconhecendo a individualidade dos alunos, deve evoluir continuamente suas práticas para assegurar que todos os estudantes exerçam plenamente seu direito à aprendizagem.

Em suma, a alfabetização de crianças com DI exige um compromisso com a inclusão, a valorização da diversidade e a implementação de práticas pedagógicas eficazes e contextualizadas.



REFERÊNCIAS

- ANTUNES, K. C. V. História de Vida de alunos com deficiência intelectual: percurso escolar e a constituição do sujeito. – 2012. 154 f.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. Manual diagnóstico e estatística de transtornos mentais: texto revisado. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF, 2008.
- BRAUN, P; MARIN, M. Práticas pedagógicas e a escolarização de estudantes com deficiência intelectual. In: OLIVEIRA, A.A.S.O; FONSECA, K.A; REIS, M.G. Formação de professores e práticas educacionais inclusivas. p. 113-136. Curitiba: CRV, 2018.
- COSTA, L. G. da S. Estratégias de Ensino Colaborativo como uma proposta de Atendimento Educacional Especializado - AEE. 2021. 190 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências, Bauru.
- DANTAS, L. M. "É possível mudar?": práticas pedagógicas de professores de sala de aula que atuam na alfabetização de estudantes com deficiência intelectual. Fortaleza, 2019. Tese (Doutorado em Educação). UFC, 2019.
- Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990). Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>>.
- DOMINGOS, L. C.; CASAGRANDE, S. Alfabetização e letramento de alunos com deficiência intelectual: um estudo sobre estratégias alfabetizadoras. Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 7, n. 2, p. 95-121, jul./dez. 2023. UNESC.
- FIRBIDA, F. G. B.; FACCI, M. G. D.; BARROCO, S. M. S. (Orgs.). O desenvolvimento das funções psicológicas superiores na psicologia histórico-cultural: contribuições à psicologia e à educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_2383e0652ab44e98bf1167a9f780a3fc.pdf
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 368 p.176.
- GLAT, R., ESTEF, S. Experiências e Vivências de Escolarização de Alunos com Deficiência Intelectual. Revista Brasileira de Educação Especial, 27, e0184, 157-170. 2021.
- MARTINS, M. C. F. Multiplataformas e educação (ME)DE/COM letras, alfabetização, inclusão e conhecimento de mundo. Curitiba, 2021. 110 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias). Centro Universitário Internacional. 2021.
- MATOS, S. N.; MENDES, E. G. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. Repositório UESB, Bahia, 2013. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/download/762/643/1260>. Acesso em: 14 jun. 2024.
- MENDES, E. G. Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: VICTOR, Sonia Lopes; VIEIRA, Alexandro Braga; OLIVEIRA, Ivone Martins de (Org.). Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas. Campos dos Goytacazes, RJ: Brasil Multicultural, 2017. p. 60-83. Disponível em: <http://www.brasilmulticultural.com.br>. ISBN 978-85-5635-049-7.
- NORONHA, A. M.; SILVA; S. C. R.; SHIMAZAKI, E. M. A teoria histórico-cultural e a educação de pessoas com deficiência intelectual. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, n. 00, e023025, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v18i00.17611>



- OLIVEIRA, A.A.S.O. Conhecimento escolar e deficiência intelectual: dados da realidade. Curitiba: CRV, 2018.
- OLIVEIRA, A. A., SILVA, Y. F. de O. (2022). Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. *Revista Educação em Questão*, 60(64), 1-25. <https://doi.org/e-28275>
- PAPIM, A. A. P.; OLIVEIRA, A. A. S. de. Mediação pedagógica na alfabetização de crianças com deficiência: estudo de caso. *Revista Educação em Foco*, Universidade Federal de Juiz de Fora. E-ISSN 2447-5246.
- PEREIRA, A. Mediação pedagógica e o estudante com deficiência intelectual: um estudo a partir da psicologia histórico-cultural. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/6345>. Acesso em: 13 de jun. 2024.
- PLETSCH, M.D. Educação especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. *Póiesis Pedagógica*, v.12, n.1, p. 7-26, jan/jun. Catalão-GO, 2014.
- SCHEFFEL, F. O.; MOURA, E. P. G. de. Deficiência intelectual e o direito à aprendizagem. *Saberes em Foco: Revista da SMED NH*, v.6, n.1, out. 2023.
- SILVA, A. W. Práticas pedagógicas na alfabetização da criança com deficiência intelectual. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.
- SOARES, M. As muitas facetas da alfabetização. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 52, Fev. 1985. p. 19-24.
- SOARES, M. O que é letramento e alfabetização. *Letramento: um tema em três gêneros*, v. 2, p. 27-60, 1998.
- SOARES, M. B. *Letramento: um tema em três gêneros*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- SOARES, M. B. *Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. São Paulo: Contexto, 2020. 352 p.
- VIGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.
- VYGOTSKI, L. S. (2019). *Obras Completas - Tomo Cinco; Fundamentos de Defectologia*. (Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais - PEE; revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón). EDUNIOESTE